

## “Não vamos recuar!”

### **Novos protestos por democracia e direitos acontecem nessa semana**

08/05/2017 – As atenções do noticiário político da semana se voltam para Curitiba, com o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sergio Moro na quarta-feira, 10. A ideia de um confronto entre o juiz e Lula, reproduzido, inclusive, por diversas revistas semanais e outros veículos midiáticos, é por si só um indicador preocupante da parcialidade do magistrado no processo. Em um vídeo veiculado em sua conta no Facebook, Moro fala diretamente aos seus apoiadores, o que não é natural num sistema democrático. O advogado do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin Martins, repudiou essa postura e rebateu, em outro vídeo, a conduta do juiz: “Em uma democracia, políticos têm apoiadores e oponentes; juízes, não. Em uma democracia, juízes não são personalidades” (clique no link para assistir à resposta na íntegra <https://pr.ricmais.com.br/politica/noticias/lula-advogado-de-defesa-responde-video-de-moro/> ).

Em vista da gravidade do momento político do país, a Frente Brasil Popular do Paraná, em conjunto com outras organizações, realizará nesta terça e quartas-feiras (9 e 10 de maio) uma Jor-

nada de Lutas pela Democracia. Com organização descentralizada, caravanas estão saindo de diferentes estados para participar do ato.

Na sequência, entre 15 e 19 de maio, os trabalhadores ocuparão Brasília, para reiterar que a população brasileira é frontalmente contra a aprovação da Reforma da previdência, da Reforma Trabalhista e de toda e qualquer retirada de direitos. Os servidores federais estarão presentes nesta luta: o substitutivo aprovado na semana passada traz ainda mais prejuízos para a categoria.

Com as mudanças propostas, aqueles que ingressaram antes de 2003 só conseguem manter a integralidade se se aposentarem com 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres). Aqueles que entraram depois de 2003 terão seu benefício calculado pela regra geral. Há uma piora significativa para servidores que ingressaram na administração pública antes de 2003. Pela nova proposta, para manter a integralidade o limite mínimo de idade precisa ser preenchido mesmo se o servidor já tiver o tempo de contribuição. O Dieese já analisa das principais alterações e divulga esse estudo nos próximos dias.

### **Funcionalismo e Reforma**

Em uma leitura preliminar do texto-base da Reforma da Previdência aprovado na comissão da Câmara, a Condsef destacou que o texto se utiliza de vários argumentos tendenciosos para promover as propostas da reforma da Previdência. Entre eles está o fato de assegurar que servidores municipais estão sendo excluídos da proposta quando na verdade mais de 60% dos municípios já não possuem RPPS (Regime Próprio da Previdência Social). Portanto, a maioria dos municípios está dentro do Regime Geral da Previdência e seus servidores são atingidos pela reforma. Além disso, a proposta de corrigir distorções e disparidades entre os regimes, aproximando Regime Próprio e Geral, não é feita de forma a resolver os problemas da previdência. Não se corrige uma distorção retirando direitos e sim fiscalizando e atuando onde está seu problema. Desidratar a Previdência Pública e impedindo que ela funcione está servindo apenas para atender um nicho de mercado que comercializa previdência privada sem com isso dar qualquer garantia ao trabalhador. Basta observar que o texto também inclui que estados e municípios que pretendem manter regime próprio serão obrigados a ter regime completar.